



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número \_\_\_\_\_ / x ( \_\_\_<sup>a</sup>)  
 PERGUNTA Número 1579 / x (4<sup>a</sup>)

Expeça-se
Publique-se
1213 / 2000?
Q Secretário da Mesa Rosauro Albano

Assunto: **Complexo das Piscinas do Estádio Universitário**

Destinatário: **Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**

*Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República*

O Complexo das Piscinas do Estádio Universitário de Lisboa foi inaugurado pelo então primeiro-ministro Eng.º António Guterres em 1997.

Neste Complexo trabalham dezenas de professores e monitores, de ginástica, de natação e administrativos, a recibo verde, havendo inclusive casais nesta situação. Vários encontram-se a recibo verde há doze anos, e alguns trabalham exclusivamente neste Complexo. Acresce que, apesar de estarem nesta situação, são sujeitos a horários de trabalho e têm responsabilidade hierárquica.

Isto é inadmissível e é ainda mais reprovável quando a entidade empregadora é o próprio Estado, no caso concreto o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Neste Complexo os trabalhadores, designadamente os professores e monitores de natação e ginástica, exercem uma actividade profissional competente e diligente, como é reconhecido pela generalidade dos utentes, e prestam um inegável serviço público de saúde e bem-estar.

Inexplicavelmente, os profissionais deste Complexo são agora confrontados com a decisão do Ministério de pretender concessionar a gestão a uma empresa, não tendo a mínima segurança ou garantia sobre o seu futuro.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior pode ter encontrado a maneira de se libertar da vergonha da situação destas dezenas de prestadores de serviços a recibo verde, mas não se livra da sua responsabilidade ética, cívica e política.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que razões justificam que o Ministério pretenda entregar a gestão do Complexo a uma empresa, sabendo-se que este funciona bem e com trabalhadores profissionais, competentes e diligentes?
2. Que garantias dá o Ministério a estes trabalhadores, dada a responsabilidade ética que contraiu para com eles? Como são assegurados os seus postos de trabalho e defendidos os seus legítimos direitos?
3. Pretende o Ministério tomar uma posição à Pilatos e entregar os despedimentos e a liquidação dos direitos à futura empresa?

Palácio de S. Bento, 12 de Março de 2009

O Deputado,



Miguel Tiago